

CLARA MOTA

# JUIZES

— ou —

## BUROCRATAS?

Práticas, estereótipos e  
discricionariedade da judicialização  
da previdência rural no Brasil

**CLARA MOTA**

Prefácio  
Diogo R. Coutinho

Apresentação  
Rogério Arantes

**FORUM**

Preenchendo uma lacuna no campo da literatura sobre judicialização de políticas públicas, o livro apresenta as características da litigância que incide sobre a previdência social no Brasil. A obra descreve como se operam as dinâmicas e quais são os argumentos que informam as decisões judiciais adotadas, seja para negar ou conceder os benefícios, a partir de um estudo de caso empírico sobre a previdência rural. Diferentemente do que prega a tradicional ideia de separação de poderes, a tese defendida pelo livro é a de que juízes podem assumir o papel semelhante ao de implementadores de políticas públicas, mantendo contato direto com as partes, lidando com elas em um modo particular e mais acentuadamente discricionário. O grande volume de processos previdenciários ocasiona, portanto, uma judicialização que se expressa como segundo *round* da administração pública, aproximando juízes e burocratas em variados planos, inclusive quando estes agem empregando lógicas de seletividade e estereotipização da sua clientela. Num domínio em que a judicialização costuma ser essencialmente criticada pela régua da eficiência econômica e orçamentária, o livro contribui ao evidenciar que, negando e concedendo aleatoriamente benefícios, a “loteria” judicial apresenta também um inafastável custo humano.

## JUIZES OU BUROCRATAS?

### PRÁTICAS, ESTEREÓTIPOS E DISCRICIONARIEDADE DA JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL

**Prefácio**

*Diogo R. Coutinho*

**Apresentação**

*Rogério Arantes*

**Área específica**

DIREITO ECONÔMICO.

**Áreas afins**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO  
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

**Público-alvo/consumidores**

JUDICIALIZAÇÃO. POLÍTICAS PÚBLICAS.  
DIREITO ECONÔMICO. PREVIDÊNCIA RURAL.  
DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL. ESTEREÓTIPOS  
E DESIGUALDADES.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO SANKHYA:** 2935

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M917j Mota, Clara

Juízes ou burocratas?: práticas, estereótipos e discricionariedade da judicialização da previdência rural no Brasil / Clara Mota. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

231p. 14,5x21,5cm  
ISBN 978-65-5518-585-0

1. Políticas públicas. 2. Judicialização. 3. Direito econômico. 4. Previdência rural. 5. Discricionariedade judicial. 6. Estereótipos. 7. Desigualdades. I. Título.

CDD: 342  
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOTA, Clara. *Juízes ou burocratas?: práticas, estereótipos e discricionariedade da judicialização da previdência rural no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 231p. ISBN 978-65-5518-585-0.

**Clara Mota**

Doutora em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo e mestra em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília. Atua profissionalmente como juíza federal vinculada ao TRF da 1ª Região.

PREFÁCIO	
<b>Diogo R. Coutinho</b> .....	13
APRESENTAÇÃO	
<b>Rogério Arantes</b> .....	17
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	25
1.1 Apresentação.....	25
1.2 Contornos do problema.....	28
1.3 As críticas à hiperjudicialização e à discricionariedade judicial .....	33
1.4 As críticas a uma justiça cara .....	38
1.5 Perguntas e hipóteses do livro.....	42
1.6 Juízes ou burocratas? .....	43
1.7 Articulação entre abordagens teóricas e metodológicas.....	47
1.8 Mapa do livro.....	55
CAPÍTULO 2	
LITERATURA SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CASO DA JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA RURAL .....	59
2.1 Introdução .....	59
2.2 Judicialização de direitos socioeconômicos na América Latina: pressões por austeridade e modelos de resposta judicial.....	61
2.3 Constitucionalização e abertura da via judicial .....	70
2.4 O papel dos juizados especiais federais na equação dos litígios.....	76
2.5 Processo de interiorização da justiça federal.....	80
2.6 Características da judicialização da previdência rural .....	84
2.7 Palavras finais .....	88
CAPÍTULO 3	
OS CONTORNOS DO CONFLITO: HISTÓRICO E AMBIGUIDADES DA POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA RURAL .....	91
3.1 Introdução .....	91
3.2 Histórico da previdência rural .....	92
3.3 A política pública e seu conflito persistente: os distintos critérios utilizados pela justiça e pela administração.....	99
3.4 A previdência rural segundo a interpretação dos tribunais.....	103
3.5 Uma judicialização redutora de desigualdades? .....	114
3.6 Palavras finais .....	119
CAPÍTULO 4	
DINÂMICAS DA JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA RURAL: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS .....	121
4.1 Introdução .....	121
4.2 Sobre as entrevistas .....	124
4.3 O rito e os atores envolvidos nos processos de aposentadoria por idade rural: uma análise das entrevistas qualitativas.....	128
4.4 A linha de frente .....	142
4.5 Impactos da judicialização da previdência rural: elementos teóricos e percepção das entrevistas .....	146
4.6 Judicialização da previdência rural e diálogo interinstitucional.....	151
4.7 Palavras finais .....	154

CAPÍTULO 5	
NO BALCÃO DA JUSTIÇA: DISCRICIONARIEDADE E ESTEREÓTIPOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA RURAL .....	
	159
5.1	Introdução .....
	159
5.2	Sobre a amostra.....
	162
5.3	Perfil das sentenças da judicialização da previdência rural.....
	168
5.4	As incertezas do percurso e o nervosismo do encontro .....
	174
5.5	A identidade do trabalhador rural brasileiro: formação histórica e repercussões em juízo .....
	179
5.6	A perspectiva de gênero: mulheres rurais no balcão da justiça.....
	185
5.7	Resultados e discussões .....
	192
CAPÍTULO 6	
CONCLUSÕES .....	
	195
6.1	O percurso do livro .....
	195
6.2	Comentários finais.....
	202
REFERÊNCIAS .....	
	205
ANEXO .....	
	231